

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 091**

Período: de 23/08/03 a 29/08/03

Franca – Brasil

- 1- Governo brasileiro quer criar cinturão de defesa na América do Sul**
- 2- Ruralistas e militares reúnem-se no Paraná**
- 3- Revisão do passado I**
- 4- Mais informações sobre a explosão do Veículo Lançador de Satélite na Base de Alcântara**
- 5- Acidente de Alcântara chama a atenção para precarização de projetos concebidos no regime militar**
- 6- Revisão do passado II**
- 7- Incidente na Base de Alcântara suscita discussões acerca dos investimentos na área de pesquisas e desenvolvimento aeroespaciais**
- 8 - Ministro da Defesa rejeita criar apuração independente sobre acidente em Alcântara**
- 9 - Editorial do jornal *Correio Braziliense* avalia incidente na Base Militar de Alcântara**
- 10 - Diretor da Nasa sugere ampla investigação da explosão do VLS-1**
- 11- Lei da Anistia completou 24 anos**
- 12- Editorial analisa os critérios da anistia no Brasil**
- 13- Aeronáutica substitui chefe de investigações sobre o acidente de Alcântara**

Governo brasileiro quer criar cinturão de defesa na América do Sul

O governo Lula pretende promover a integração dos países sul-americanos e formar um “cinturão de defesa” entre esses países, noticiou a *Folha de S. Paulo*. Uma das estratégias adotadas pelo Brasil para cumprir tal objetivo é aumentar o raio de cobertura do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e fornecer as informações captadas na região para o Peru. O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva desembarcou em Lima no último dia 24 para discutir com as autoridades peruanas um protocolo de intenções que possibilite a venda dos dados obtidos pelo Sivam ao país vizinho. Estes dados serão utilizados no combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Segundo o jornal, a receita obtida com a venda de dados não seria a única vantagem para o governo brasileiro, que também seria beneficiado pelo controle do sistema de informações a ser utilizado pelo vizinho. Duas missões peruanas já estiveram no Brasil para estudar o Sivam. Álvaro Pinheiro da Costa, coronel que ocupa a vice-presidência da comissão que coordena projeto, reuniu-se no dia 22 com autoridades do Peru para definir serviços a serem prestados e seus preços. No semestre passado, duas missões brasileiras foram enviadas ao Peru, onde explicaram o sistema para membros do Ministério da Defesa. Será necessário que o país vizinho construa uma estrutura mínima para receber os dados. O governo brasileiro acredita que a utilização dos mesmos instrumentos pelos dois países facilitaria o combate ao narcotráfico e a destruição ambiental na região amazônica. Colômbia, Bolívia e Venezuela já solicitaram informações sobre o Sivam, sendo que as negociações com a Venezuela estão mais adiantadas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 23/08/03)

Ruralistas e militares reúnem-se no Paraná

Produtores rurais e o comando da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada do Paraná têm se reunido para discutir estratégias de contenção às invasões de terra, bem como o aumento da segurança no campo, afirmou o *Jornal do Brasil*. A reportagem esclarece que as

Forças Armadas devem ser empregadas na garantia da lei e da ordem sob o comando do presidente da República, mas que, apesar disso, o governo inverteu o processo ao utilizar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no monitoramento de grandes proprietários rurais, suspeitos de constituir milícias para combater os sem-terra. As reuniões ocorreram em Cascavel e foram confirmadas pelos ruralistas, que dizem pedir a contribuição do Exército devido ao elevado número de ações de reintegração de posse não cumpridas no Estado. O governo deve enviar emissários para solucionar possíveis complicações na situação da região. (Jornal do Brasil – Brasil – 23/08/03)

Revisão do passado I

O Congresso Nacional concedeu uma pensão de R\$ 330,00 aos pais do soldado Mário Kozel Filho, morto com a explosão de um carro bomba próxima à sua guarita em julho de 1968, enquanto patrulhava o Quartel General do 2º Exército. Este é o primeiro caso de benefício concedido a um militar na história, declarou a *Folha de S. Paulo*. O processo foi analisado no programa de Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União, uma vez que, por ser vítima de atentado, o caso Kozel não poderia ser apreciado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência e nem pela Comissão de Anistia. A *Folha* também informou que o ex-senador Ney Maranhão, membro da antiga Arena e simpatizante do regime durante o governo militar, foi indenizado em R\$ 93.600,00 por ter seus direitos cassados com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968. A indenização foi embasada por uma lei que confere o direito a reparações àqueles prejudicados por motivos políticos no regime. (Folha de S. Paulo – Brasil – 23/08/03)

Mais informações sobre a explosão do Veículo Lançador de Satélite na Base de Alcântara

O Veículo Lançador de Satélites (VLS-1 V3) construído por pesquisadores brasileiros e com lançamento previsto para 25 de agosto explodiu no último dia 22 de agosto, por volta das 13h30min, em Alcântara (Maranhão), deixando 21 mortos. As vítimas eram funcionários do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), situado em São José dos Campos (São Paulo), e se encontravam na plataforma para fazer a manutenção do foguete. O calor da explosão fez com que os corpos fossem fundidos ao aço da torre, o que dificulta a identificação daqueles. No sábado, 23 de agosto, o Ministro da Defesa, José Viegas, alertou para o risco de novas explosões no local, uma vez que há a presença de elementos combustíveis que não foram totalmente consumidos. Além disso, afirmou o Ministro, a torre que seria utilizada para lançamento pode ruir. Esta foi a terceira tentativa de lançar o VLS-1, precedida por duas anteriores em 1997 e 1999. Em 1997 e 1999, os foguetes foram destruídos no ar sem causar mortes. Para cada lançamento há um gasto de cerca de US\$ 6,5 milhões, e hoje, para a reconstrução da base, que foi completamente destruída, o valor seria ampliado para US\$ 10 milhões. Prejuízo grande foi também a morte de um quadro humano competente e bem formado, que custará ao projeto 2 anos de atraso e ao quadro geral do CTA, 20. O *Correio Braziliense* lembrou que o projeto brasileiro de desenvolver o VLS não foi bem recebido pelo governo dos Estados Unidos. Apesar de ser montado no Brasil, algumas peças fundamentais para o funcionamento do foguete são de fabricação russa e têm a estrutura ignorada por cientistas brasileiros. As causas do acidente ainda são desconhecidas e estão sendo investigadas pelo governo, que deve apresentar um relatório dentro de um mês. José Viegas acredita que a causa do acidente tenha sido uma falha nos sistemas de ignição do veículo. De acordo com a *Folha*, o VLS-1 é o item mais importante para a Missão Espacial Completa Brasileira, que tem por fim a criação e o lançamento de satélites brasileiros por foguetes produzidos em território nacional. Este mesmo jornal informou que não foi descartada a possibilidade de

sabotagem na explosão do protótipo, apesar da hipótese ser considerada remota. O *Jornal do Brasil* divulgou um editorial publicado no dia 22 de agosto pelo jornal *O Estado do Maranhão*, alertando para o perigo de tentativa de sabotagem que seria o provável motivo do desembarque de uma grande equipe de inteligência em Alcântara, dias antes do lançamento. Já o *Estado de S. Paulo* chamou a atenção para a falta de recursos que marcou o desenvolvimento do projeto. As investigações estão sob responsabilidade da Aeronáutica, assegurou o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, que está intrigada pelo fato do acidente ter ocorrido no solo, antes do lançamento. Uma comissão independente deve ser organizada pelo Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento da Aeronáutica (Deped), com membros do CTA, do Instituto da Aeronáutica e do Espaço (IAE) e militares para averiguar a explosão sob o comando do coronel-aviador Antônio Carlos Cerri. Amaral acredita que a aceitação do projeto será prejudicada. Contudo, ele informou que, em suas conversas com o ministro da Defesa e com o presidente Lula, ficou acordado que o programa prosseguirá e que talvez venha a ter os recursos aumentados para cobrir a perda de parte de uma equipe técnica de alto nível e de duas das plataformas de lançamento de foguetes. Os entendimentos que o Brasil mantém com a Ucrânia e com a Rússia para o desenvolvimento do programa espacial do país não devem ser abalados. O ministro da Ciência e Tecnologia ressaltou que o projeto foi colocado em prática no governo Fernando Henrique Cardoso e que a eficiência do protótipo só poderia ser verificada na ocasião do lançamento. Segundo a *Folha de S. Paulo*, foram utilizadas 40 toneladas de combustível sólido para alimentar o VSL. O jornal esclareceu que em foguetes mais avançados utiliza-se combustão líquida. No caso do combustível sólido, a combustão só pode ser interrompida pelo consumo total do combustível, além de conter em sua composição parcela líquida altamente inflamável, como ocorreu no acidente. O comandante do Centro de Lançamento de Alcântara, tenente-brigadeiro Astor Nina de Carvalho, disse que a explosão foi causada por um grande incêndio na base do primeiro estágio do VLS-1. As chamas teriam sido propagadas rapidamente e o calor chegou a 3.000 graus. As hipóteses principais consideradas para explicar a ignição prematura admitem a possibilidade de falha humana, que se mostra remota, problemas no combustível ou defeito no sistema pirotécnico. De acordo com Gustavo Krüger, do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER), o esclarecimento do acidente será iniciado pela análise dos materiais de vídeos produzidos pelo sistema de câmeras que registra os trabalhos na plataforma de lançamento. Tiago da Silva Ribeiro, major-brigadeiro diretor do CTA, adiantou que as imagens indicam que o fogo começou na parte de baixo do foguete, onde estavam localizados os motores de propulsão. Um militar que se encontrava a 400m de distância da plataforma no momento do acidente disse que a segurança funcionou perfeitamente e que os funcionários eram treinados para reagir a imprevistos. Hugo de Oliveira Piva, um dos idealizadores do VLS, declarou ao *Estado* que as falhas eram esperadas: “Nós fizemos um programa avançadíssimo, com poucos recursos e pessoas e tivemos três falhas”. A destruição daquele que seria o primeiro foguete de fabricação própria na América Latina foi noticiada em jornais da Europa e dos Estados Unidos. (Folha de S. Paulo – Ciência – 23/08/03; O Estado de S. Paulo – Geral – 23/08/03; Jornal do Brasil – Brasil – 23/08/03; Correio Braziliense – Brasil – 23/08/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 24/08/03; O Estado de S. Paulo – Geral – 24/08/03; Jornal do Brasil – Brasil – 24/08/03; Correio Braziliense – Brasil – 24/08/03; Folha de S. Paulo – Ciência 25/08/03, O Estado de S. Paulo – Geral – 25/08/03; Correio Braziliense – Brasil – 25/08/03)

Acidente de Alcântara chama a atenção para precarização de projetos concebidos no regime militar

A *Folha de S. Paulo* noticiou a falta de verbas que afeta os projetos herdados do regime militar. O jornal apontou que, assim como o VLS1 V3, a idéia de construir um submarino nuclear foi concebida durante o governo militar (1964-1985) e hoje atravessa dificuldades devido à escassez de recursos. A reportagem destaca que tais heranças dos anos de ditadura não foram canceladas pelos governos civis por falta de condições políticas dos mesmos. Um outro exemplo citado é a construção aeronáutica, que surgiu por iniciativa da Força Aérea Brasileira (FAB) e culminou no surgimento da Embraer, que depois de quase falir e ser privatizada, tornou-se um sucesso mundial de vendas. A notícia ainda lembra que a falta de verbas atinge as tropas, limitando o número de refeições servidas aos recrutas, concluindo de que “uma das fontes do problema é a excessiva autonomia das três forças”, mesmo que seja o Ministério da Defesa quem promova sua integração. (Folha de S. Paulo – Ciência – 24/08/03)

Revisão do passado II

Mais uma vez *O Estado de S. Paulo* divulgou informações sobre a atuação do combate dos militares à Guerrilha do Araguaia durante os anos de ditadura militar. De acordo com o *Estado*, as Forças Armadas utilizaram documentos e manuais estrangeiros para deter dissidentes do regime na década de 70. Documentos do Exército produzidos na época indicam que o grupo guerrilheiro contava inicialmente com apenas 40 pessoas e não descartavam a hipótese dos guerrilheiros brasileiros terem ligações com a organização árabe El Fatah e com cubanos estabelecidos no Brasil. A notícia publicada pelo jornal vincula a descoberta da Guerrilha do Araguaia pelos militares ao manual padronizado produzido pelos mesmos. A coluna opinativa do *Correio Braziliense* de autoria de Eumano Silva alerta para o desafio político enfrentado pelo governo Lula, que corresponde à tarefa de atender às famílias dos desaparecidos e encontrar os corpos dos mortos na guerrilha sem desagradar às Forças Armadas. O Exército, diz Silva, assegura que os documentos sobre o confronto foram destruídos. Para os militares, o caso da Guerrilha do Araguaia, um dos episódios mais trágicos da história da Forças Armadas, deve ser esquecido. Eles acreditam que o aprofundamento das investigações contrariaria o espírito da Lei de Anistia de 1979 e poderia desencadear reações revanchistas por parte de opositores do regime militar ainda ativos na política nacional. O *Correio Braziliense* e a *Folha de S. Paulo* destacam, ao tratarem sobre a abertura dos arquivos referentes aos mortos na Guerrilha, que o governo recorreu parcialmente da sentença judicial que determinou a abertura dos arquivos militares. Assinado pelo advogado-geral da União, Ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, o recurso, apresentado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, reconhece o direito dos familiares de localizar os restos mortais dos guerrilheiros e a obrigação da União "de envia esforços" para isso. O recurso ressalta que tal obrigação está inscrita em lei de 1995 e vem sendo cumprida, elencando exemplos de expedições realizadas ao local. O recurso vai contra a determinação feita pela juíza Solange Salgado, da 1ª Vara da Justiça Federal, de quebrar o sigilo das informações militares relativas a todas as operações realizadas no combate e encontrar os locais de sepultamento dos guerrilheiros mortos, como já foi apresentado no **Informe Brasil** anterior. Segundo o ministro, a juíza Solange Salgado teria extrapolado o pedido feito pelos familiares de guerrilheiros mortos no Araguaia, autores da ação, em 1982, cujo objetivo seria estritamente saber o paradeiro dos restos mortais dos seus. Contudo, a decisão não foi bem recebida entre os familiares dos guerrilheiros. A Comissão de Mortos e Desaparecidos e o autor da ação, deputado Luís Eduardo Greenhalgh (Partido dos Trabalhadores - SP) afirmou estar decepcionado com a decisão do governo. O presidente da Comissão, o advogado Luís Francisco Carvalho Filho, classificou a decisão como “tecnicamente incompreensível e politicamente lamentável”. Por sua vez, o sentimento das famílias dos desaparecidos foi expresso pela ex-militante do PC do B, Criméia Alice

Schmidt Almeida, 57 anos, que considerou “deplorável” a apelação parcial da Advocacia geral da União. A ex-militante viveu no Araguaia de janeiro de 1969 a agosto de 1972, quando foi presa pelo Exército, e tem seu marido entre os desaparecidos, bem como seu sogro. O recurso, apesar de reafirmar o compromisso da União com a busca das ossadas, não sugere as providências a serem tomadas e ressalta a mudança do contexto nacional entre o momento em que a ação foi proposta, ainda sob o calor da ditadura militar, e o atual papel “integrador” das Forças Armadas, de “valioso apoio aos poderes públicos no combate à criminalidade”. De acordo com o jornal *Folha de São Paulo*, este recurso dá tempo ao governo para realizar uma negociação política com os militares, bem como dá possibilidade de desarmar uma crise institucional crescente desde a publicação da sentença. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 24/08/03; Correio Braziliense – Opinião – 24/08/03; Correio Braziliense – Política – 27/08/03; Correio Braziliense – Política – 28/08/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 28/08/03; Jornal do Brasil – Brasil – 28/08/03)

Incidente na Base de Alcântara suscita discussões acerca dos investimentos na área de pesquisas e desenvolvimento aeroespaciais

Alguns dos dirigentes e idealizadores do programa de lançamento de foguetes VSL, afirmando à imprensa que a escassez de recursos destinados ao desenvolvimento deste e de outros projetos poderiam ter contribuído para que houvesse acidentes como o do dia 22, suscitaram discussões acerca da responsabilidade do governo no evento, além de futuros projetos e orçamento da Agência Espacial Brasileira (AEB). O Ministro da Defesa, José Viegas, disse ser tal afirmação imprópria, pois segundo ele a própria comissão técnica do projeto jamais os considerou insuficientes para garantir sua segurança. Revelou ainda acreditar que o incidente poderá na verdade garantir mais investimentos para a reconstrução e aceleração deste projeto e de outros afins. No entanto, foi veiculado pelo jornal *Folha de S. Paulo* que a AEB mantém suas atividades com apenas 10% das verbas que deveriam ser a ela destinadas. Além disso, o deputado Corauci Sobrinho, presidente de comissão da Câmara dos Deputados responsável por acompanhar o andamento das investigações, se declarou descontente com a postura de Bevilacqua, classificando-a como “constrangedora” e “distante de realidade”, ressaltando que projetos como o VSL são de fundamental importância para o País, porém com mais investimentos para que sigam em frente com sucesso. O governo brasileiro afirmou que os demais projetos aeroespaciais continuarão a ser desenvolvidos normalmente, inclusive tendo lançamento de foguete suborbital previsto para meados de 2004 e ainda o relançamento do VSL-1 para 2006. (Correio Braziliense – Brasil – 25/08/03; Correio Braziliense – Brasil – 26/08/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 27/08/03; Correio Braziliense – 28/08/03)

Ministro da Defesa rejeita criar apuração independente sobre acidente em Alcântara

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, no dia 27, da cerimônia cívico-militar em homenagem aos 21 técnicos do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) mortos na explosão do VLS-1 (Veículo Lançador de Satélite), que reuniu autoridades e familiares em São José dos Campos (interior do Estado de São Paulo). No velório, os técnicos foram homenageados com honras militares. O presidente, que ficou bastante emocionado durante a cerimônia, prometeu, em seu discurso, que o ministro da Defesa enviará um projeto de lei ao Congresso propondo a indenização das famílias das vítimas do acidente, além do pagamento de bolsas de estudo aos filhos dos técnicos até o fim da universidade. Logo após o fim das buscas pelas vítimas, o ministro da Defesa, José Viegas, já havia garantido a rápida indenização das famílias: “Os familiares dos mortos vão receber o que lhes for de direito, o governo brasileiro vai prestar toda solidariedade”, afirmou. Para tanto, o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Luiz Bevilacqua, anunciou que

montará uma comissão especial para atender essas famílias, com o intuito de evitar a burocracia no pagamento de indenizações e pensões. No governo, a comissão estará subordinada a Viegas e ao ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral. Essas medidas visam amparar as famílias das vítimas, que de acordo com o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (Cecomsaer), não tinham seguro de vida. Apesar das declarações do ministro da Defesa e do próprio presidente, as famílias já anunciaram que pretendem criar uma associação para acompanhar as investigações. O presidente do sindicato dos Servidores de Ciência e Tecnologia, o físico Francisco Conde, também antecipou que, conforme o resultado dos relatórios de investigação, poderá entrar com ações na Justiça devido à morte dos técnicos, independente da criação de uma comissão pelo governo. Segundo o ministro Viegas, o acidente será investigado pelo governo, mais especificamente por uma equipe designada pela Aeronáutica, descartando qualquer possibilidade de criar uma comissão independente para a apuração do acidente. Ele afirmou que a investigação será realizada com transparência e o apoio da comunidade científica será bem quisto para o esclarecimento do ocorrido. Contudo, essa posição não está sendo compartilhada por associações expressivas, como foi expresso na carta do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ennio Candotti, enviada ao presidente Lula, pedindo independência à comissão responsável pela investigação do acidente com o foguete VLS-1. O pedido foi feito levando em conta os três insucessos na tentativa de lançamento do foguete. Esta comissão independente seria responsável por uma rigorosa e imparcial apuração das causas deste e dos acidentes anteriores e uma avaliação do programa de construção do foguete. Lembrando que as comissões estabelecidas nos acidentes anteriores foram instituídas pela Aeronáutica e tiveram um caráter técnico e restrito. Para Candotti, todo o programa deveria ser transferido para a esfera civil: “A criação da Agência Espacial Brasileira já foi um passo importante nessa direção. Um programa tipicamente militar escapa da minha competência de avaliação”, afirmou. A idéia de uma comissão independente também foi defendida por Petrônio Noronha de Souza, engenheiro do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) responsável pela coordenação da participação brasileira na Estação Espacial Internacional (ISS), bem como pelo presidente da Associação Brasileira de Direito Espacial, José Monserrat Filho, o qual afirmou que somente uma comissão teria isenção e autonomia para realizar as investigações. Monserrat defendeu ainda o acordo de salvaguardas com os Estados Unidos para o uso da base militar, alegando que 80% do mercado está sob domínio dos EUA e a maior parte dos foguetes é feita com componentes americanos. Ele preferiu não vincular o acidente à falta de verbas, mas ressaltou: “É claro que a falta de regularidade no repasse de recursos criou um clima não propício a grandes êxitos”. (Folha de S. Paulo – Ciência – 25/08/03; Correio Braziliense – Política – 25/08/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 27/08/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 27/08/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 28/08/03; O Estado de S. Paulo – Geral – 28/08/03; Jornal do Brasil – Brasil – 28/08/03)

Editorial do jornal *Correio Braziliense* avalia incidente na Base Militar de Alcântara

O jornal *Correio Braziliense* em seu editorial do dia 26 homenageia as vítimas do acidente no dia 22 e tece críticas ao programa espacial brasileiro, que segundo ele deveria absorver melhor tecnologias de ponta, assim como fizeram Índia e China, que iniciaram seus programas juntamente com o Brasil. Reitera ainda que o programa deve seguir em frente, sem medidas restritivas, classificando qualquer possibilidade de abandono do mesmo inadmissível. (Correio Braziliense – Editorial – 26/08/03).

Diretor da Nasa sugere ampla investigação da explosão do VLS-1

Scott Hubbard, diretor do Centro de Pesquisa Ames da Nasa e único membro da comissão de investigação do acidente do Columbia ligado à agência, afirmou que as autoridades brasileiras deveriam determinar "uma ampla e completa investigação" no programa de veículos lançadores de satélites do País, como a feita nos EUA. Acrescentou também que o Brasil deve desenvolver um sistema eficiente de checagem dos sistemas de lançamento, além de enfatizar que "sem saber de mais detalhes sobre o que aconteceu no Brasil, não deveria comentar, mas é muito importante que o pessoal envolvido no programa, principalmente no nível gerencial, seja altamente qualificado". Segundo o jornal, um outro membro da comissão declarou que países como os da América Latina dificilmente desenvolveriam um projeto aeroespacial deste porte com o devido nível de segurança, por serem "muito pobres". (Folha de S. Paulo – Ciência – 27/08/03)

Lei da Anistia completou 24 anos

No último dia 28, a Lei da Anistia, considerada um dos grandes marcos do processo de redemocratização no Brasil, completou 24 anos. Esta lei foi sancionada em 28 de agosto de 1979, por João Baptista Figueiredo, representando um claro sinal da política de abertura "lenta e gradual" adotada pelo regime militar, vigente de 1964 a 1985. A Lei da Anistia permitiu a volta de pelo menos 5.000 exilados ao país, além da libertação de presos políticos e da reintegração ao serviço público de centenas de pessoas que haviam sido cassadas. O benefício, porém, excluiu quem havia sido condenado por atos de terrorismo e seqüestros. (Folha de S. Paulo – Brasil – 28/08/03; Jornal do Brasil – Brasil – 28/08/03)

Editorial analisa os critérios da anistia no Brasil

O editorial publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* analisa o que foi a anistia e sua implantação no Brasil, como etapa preliminar e fundamental para o fim do regime militar instalado em 1964. Assim, o jornal apresenta a definição do termo, cuja origem etimológica remonta ao grego (amnestia), pelo latim tardio (amnestia), que designa, na acepção político-jurídica, um ato pelo qual o poder público declara impuníveis, por motivos de utilidade social, ações praticadas, assim como anula condenações e suspende diligências persecutórias. Portanto, segundo o jornal, esse mecanismo jurídico-institucional foi engendrado pelas democracias modernas para pacificar as sociedades e pôr termo a conflitos internos que as dividiram numa via de mão dupla, no sentido de que o "perdão" se estende às duas partes em conflito, ou seja, no Brasil, aos que integravam ou apoiavam e aos que combatiam o regime militar. E é, justamente, essa via mão dupla que, de acordo com o editorial, não comporta o critério de "dois pesos e duas medidas", ou seja, um critério parcial e diferenciado para auferir o comportamento dos que participaram do conflito instalado na sociedade brasileira, durante os governos militares. Para o *Estado*, este critério parcial foi evidenciado sob a comparação entre o processo de reparação indenizatória às famílias daqueles que desapareceram no combate ao regime militar, cujas indenizações tem chegado em torno de R\$150.000, 00 e as reparações às famílias das vítimas de atos ou atentados praticados contra o mesmo regime, vítimas que muitas vezes estavam somente cumprindo sua função, sem qualquer motivação política. O caso escolhido para ilustrar a comparação é o do soldado Mário Kozel Filho, recruta de 19 anos, morto num atentado à bomba quando servia a um quartel, cujos pais octogenários recebem atualmente R\$330,00. Dessa forma, afirmou o periódico, a simples maneira como foi feito esse "reparo" já traduz, com clareza, a diferença de critério (ou de pesos e medidas) que tem norteado a pretensão de o Estado reparar injustiças dos tempos do autoritarismo. (O Estado de S. Paulo – Editorial – 28/08/03)

Aeronáutica substitui chefe de investigações sobre o acidente de Alcântara

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a Aeronáutica decidiu substituir o presidente da comissão de investigação encarregada de apontar a causa do acidente ocorrido na Base de Alcântara. Em meio aos pedidos de estabelecimento de uma comissão independente, o coronel-aviador Antônio Carlos Cerri, diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IEA) foi substituído pelo brigadeiro-do-ar Marco Antônio Couto do Nascimento, vice-diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA). A substituição tem como justificativa o desnível hierárquico. Como o inquérito policial-militar está sendo chefiado pelo brigadeiro José Monteiro Guimarães, a Aeronáutica julgou que seria apropriado ter alguém de mesma patente na comissão investigadora. Segundo o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER), a lista dos integrantes da comissão ainda não foi concluída. Respondendo às suspeitas de sigilo e parcialidade, os oficiais dizem que estão seguindo os mesmos procedimentos adotados para acidentes aéreos e que pretendem manter total transparência durante as investigações. O novo presidente da Comissão de Investigação que apurará as causas do acidente, Marco Antônio Couto do Nascimento é engenheiro aeroespacial formado Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Sua nomeação é tida internamente como um avanço no sentido da imparcialidade, pois Nascimento não teria laços diretos com o programa do VLS (diferentemente de Cerri, que dirigia o IAE, órgão responsável pelo projeto do foguete). Ambas instituições fazem parte da Aeronáutica. (Folha de S. Paulo – Brasil -29/08/03)

Correção: No **Informe Brasil** anterior, onde está grafado “16/07/03 a 22/07/03”, o correto é 16/08/03 a 22/08/03, sendo, portando, as notícias publicadas referentes a este último período.

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista FAPESP, Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira e Leonardo D’Allevedove, bolsistas CNPq/Pibic, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.